

UM NOVO OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO COMERCIAL: OS SECOS E MOLHADOS EM JOINVILLE/SC

A new look at the commercial heritage: The grocery stores in Joinville/SC

Laércio José Pavanello*
Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes**

RESUMO

Este artigo aborda a importância do patrimônio comercial como um relevante formador de identidade e memória social. A fim de argumentar essa hipótese, valemo-nos da relação da sociedade com uma das mais tradicionais tipologias de comércio encontrada largamente por todo o Brasil e também no exterior, os armazéns de secos e molhados, utilizando como estudo de caso a realidade de Joinville, maior cidade do Estado de Santa Catarina. O município, também conhecido como Manchester Catarinense, em virtude da pujança de seu parque industrial, apresenta forte ligação com o comércio, assunto que é pouco discutido ou valorizado. Para tal, a metodologia usada foi baseada na revisão bibliográfica, nas decisões da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) relativas ao patrimônio industrial e na análise de entrevistas orais e outros documentos existentes no Arquivo Histórico de Joinville. As pesquisas demonstraram que há grande identificação da população para com o patrimônio comercial e que ele também contém forte relação com a memória e a identidade da sociedade, merecendo, portanto, ser contemplado nos debates sobre o patrimônio cultural, assim como ter seus vestígios materiais preservados, quer seja por meio dos edifícios comerciais, quer em razão dos seus objetos no acervo de museus.

Palavras-chave: patrimônio comercial; secos e molhados; patrimônio industrial.

* Licenciado em História pela Univille, MBA em Marketing pela FGV, Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille/SC.

** Doutora em História pela USP. Professora do Departamento de História e do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille/SC.

ABSTRACT

This article discusses about the outstanding Commercial Heritage as an important identity and social memory builder. In order to argue on this hypothesis, we consider society relation with one of the most traditional kinds of trade, widely found throughout whole Brasil, however also abroad, grocery stores, using as study basis, Joinville reality, the largest city in the State of Santa Catarina. The City is also known as Catarinense Manchester due to its great industrial pole that reflects a true and strong relation with commerce and rarely discussed or valued. Methodology used for this research was based on bibliography revisions, on the decisions of the United Nations Organization for the Education, Science and Culture (UNESCO) concerning industrial heritage and analysis of oral interviews, other documents from the History File of Joinville. Studies demonstrated there is a strong identification of people in reference to the commercial heritage and moreover to the memory and society identity deserving, therefore, be contemplated in the discussions about the cultural heritage as well as material traces preserved either through commercial buildings, or objects in the museum's collections.

Keywords: commercial heritage; grocery stores; industrial heritage.

Introdução

Ao procurar referências para a discussão a respeito do patrimônio comercial da cidade de Joinville, no Sul do Brasil, percebeu-se a relativa falta de trabalhos apontando esse aspecto do seu patrimônio cultural. Apesar de o município ter se desenvolvido comercialmente desde os primórdios de sua colonização, em meados do século XIX, e tal característica ter sido acentuada no início do século XX, sobretudo com a industrialização, comercialização e exportação de erva-mate¹, Joinville sempre foi mais popular por seu potencial industrial, chegando a ostentar o título de Manchester Catarinense².

No entanto, nesta cidade, a terceira maior da região Sul do país,

1 Ver: FICKER, Carlos. *História de Joinville*: crônica da Colônia Dona Francisca. 3. ed. Joinville: Letra D'água, 2008; RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*. Joinville: FCJ, 1992; TSCHUDI, Johann Jakob Von. *As colônias de Santa Catarina*. Blumenau: CNPq, 1988.

2 Manchester é uma cidade inglesa, considerada um grande centro industrial.

podemos encontrar antigas vendas, conhecidas como armazéns de secos e molhados, que resistem na paisagem urbana como se tivessem parado no tempo, dividindo o espaço com modernos *shopping centers*, que oferecem produtos de marcas nacionais e internacionais e grande conforto a seus clientes (Figura 1).



FIGURA 1 – À ESQUERDA, JOINVILLE GARTEN SHOPPING E, À DIREITA, FACHADA DA VENDA DE SECOS E MOLHADOS DE DONA ELVIRA BÖEHM ROTHER (DONA MAUSE).

FONTE: Acervo dos autores, jun. 2011.

Segundo Freire³, armazém é “uma casa grande onde se guardam mercadorias”, enquanto o armazém de secos e molhados é uma “loja onde se vendem gêneros alimentícios, bebidas, utensílios” e tem sua origem na palavra árabe *al-mahazan*, que significa “lugar de arrecadação, entreposto”.

A estreita e evidente ligação entre o comércio, a indústria e a sobrevivência dessas lojas de secos e molhados em pleno século XXI fazem-nos pensar sobre a importância do comércio para os estudos quanto ao patrimônio cultural. Porém, constatamos a ausência quase completa de

3 FREIRE, Laudelino. *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (5 v.). Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

preocupações referentes à preservação e dos estudos acerca do patrimônio comercial nas cartas e nos princípios produzidos por aquele que é o órgão máximo de salvaguarda do patrimônio mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Dessa forma, propomo-nos a analisar as diretrizes internacionais existentes relativas ao patrimônio industrial, demonstrando a possibilidade de que algo semelhante ocorra em relação ao patrimônio comercial. Para argumentar nossa hipótese, utilizaremos como estudo de caso a cidade de Joinville, no Brasil. A fim de reforçar nossa hipótese, recorreremos ainda a uma série de entrevistas orais realizadas com proprietários e frequentadores de casas de comércio joinvilenses, todas elas autorizadas e armazenadas no Laboratório de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville, e de alguns exemplos isolados de preservação do patrimônio comercial que ocorrem no país e em outro mais avançado, da cidade de Milão, na região da Lombardia, na Itália, que já possui legislação apropriada à preservação de seu patrimônio comercial.

Patrimônio industrial

A Carta de Nizhny Tagil⁴, que trata do patrimônio industrial, apresenta a preocupação de se estudar e preservar as plantas industriais, as minas, as vilas operárias, os meios de transporte para receber matéria-prima e escoar a produção, entre outros, mas não fala de uma parte importante dessa cadeia: as casas comerciais onde os produtos eram distribuídos aos clientes:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e to-

4 Em julho de 2003, na cidade russa de Nizhny Tagil, a Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) reuniu-se para discutir o tema. Desse encontro surgiu a Carta de Nizhny Tagil.

das as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação⁵.

Pode-se observar, nesse trecho da carta, que existe a preocupação com o patrimônio industrial, com a sua produção, seus equipamentos e locais de armazenamento. Discutem-se até mesmo as atividades sociais desenvolvidas pelos trabalhadores, como escolas, igrejas e suas casas, mas nada sobre onde e como os produtos fabricados eram comercializados. São citados “entrepósitos e armazéns”, contudo, no sentido atribuído aos lugares em que se mantêm os produtos após sua produção e não onde são vendidos. Os artigos da indústria, em sua maioria, chegam às mãos de seus clientes por intermédio das casas comerciais, que não são contempladas nesse texto, nem em outro qualquer. Onde, como e por quem eram vendidos as ferramentas e os tecidos, entre tantos outros produtos oriundos das indústrias?

Documentos mais recentes, como os princípios de Dublin, preceitos conjuntos entre o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ligado à UNESCO) e a TICCIH (Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial) para a conservação de **sítios**, construções, **áreas** e paisagens do patrimônio industrial, elaborados em novembro de 2011, oito anos após a Carta de Nizhny Tagil, continuam sem mencionar a temática comercial, tal qual vemos na definição a seguir. Ainda, podemos dizer que o conceito, apesar de mais aprimorado, é semelhante ao da carta de 2003:

Le patrimoine industriel comprend les sites, les constructions, les complexes, les territoires et les paysages ainsi que les équipements, les objets ou les documents qui témoignent des procédés industriels anciens ou courants de production par l'extraction et la transformation des matières premières ainsi que des infrastructures énergétiques ou de transport qui y sont associées. Il exprime une relation étroite entre l'environnement culturel et naturel puisque les procédés industriels – anciens ou modernes – dépendent de ressources naturelles, d'énergie et de

5 COMISSÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL (TICCIH), 2003, Rússia. *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial*. Rússia: TICCIH, 2003. Disponível em: <<http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>>. Acesso em: 15/11/2010.

voies de communication pour produire et distribuer des biens sur les marchés. Ce patrimoine comporte des dimensions immatérielles comme les savoir-faire techniques, l'organisation du travail et des travailleurs ou un héritage complexe de pratiques sociales et culturelles résultant de l'influence de l'industrie sur la vie des communautés et sur la mutation des sociétés et du monde en général⁶.

A preocupação de se preservar o patrimônio industrial começou no período depois da Segunda Guerra Mundial, em virtude do bombardeio alemão no território inglês, que colocou abaixo várias indústrias. No Brasil, a primeira iniciativa de preservação do patrimônio industrial deu-se em 1964, quando foi tombada, pelo antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, localizada em Iperó (SP)⁷, o primeiro complexo para a exploração e fabricação de ferro no país. Apesar desse tombamento, as discussões teóricas só passaram a ganhar destaque uma década mais tarde, “a partir de alguns estudos de casos, inauguradas com texto de Warren Dean, em 1976, sobre a fábrica São Luiz de Itu”⁸.

A expressão “arqueologia industrial” foi cunhada nos anos 50 por Donald Dudley, latinista que, na chefia do Departamento de Extensão Cultural (extra-mural) da Universidade de Bir-

6 O patrimônio industrial compreende os locais, as construções, os complexos, os territórios e as paisagens, assim como os equipamentos, objetos ou documentos que testemunham os processos industriais antigos ou correntes de produção para a extração e transformação das matérias-primas, tais quais as infraestruturas energéticas ou de transporte que lhe são associadas. Ele exprime uma relação estreita entre o desenvolvimento cultural e o natural, uma vez que os processos industriais, antigos ou modernos, dependem de recursos naturais, de energia e de vias de comunicação para produzir e distribuir os bens para os mercados. Esse patrimônio comporta as dimensões imateriais, como o saber-fazer técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores ou uma herança complexa das práticas sociais e culturais resultantes da influência da indústria sobre a vida das comunidades e a mutação das sociedades do mundo em geral. ASSEMBLÉE GÉNÉRALE, 2011, Paris. *Principes conjoints ICOMOS-TICCIH pour la conservation des sites, constructions, aires et paysages du patrimoine industriel*: les principes de Dublin. Paris, 2011. Disponível em: <http://www.icomos.org/Paris2011/GA2011_ICOMOS_TICCIH_joint_principles_EN_FR_final_20120110.pdf>. Acesso em: 11/03/2012. (Tradução nossa.)

7 RODRIGUES, Marly. Patrimônio industrial: entre o fetiche e a memória. *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 3, p. 31-40, 2010.

8 CAMPAGNOL, Gabriela. *Usinas de açúcar: habitação e patrimônio industrial*. 2008. 435 f. Tese (Doutorado) –Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

mingham, na Inglaterra, organizara visitas dos estudantes aos restos das instalações das primitivas indústrias da região⁹.

Campagnol explica que Dudley pretendia, com isso, “estabelecer critérios e métodos para a análise de edifícios, maquinarias e complexos industriais desativados”, necessários ao “levantamento, estudo, registro e preservação do patrimônio industrial”¹⁰. Anos mais tarde, em 2003, a Carta de Nizhny Tagil retomou aquelas considerações e definiu a arqueologia industrial como

um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial¹¹.

Nota-se que, no princípio, o interesse era, sobretudo, pelas máquinas e pela cultura material provinda das indústrias, mas as pesquisas ampliaram-se no sentido de evidenciar a necessidade de apoiar diferentes disciplinas para compreender algo mais complexo e intangível existente nas relações interpessoais inerentes aos processos de produção e criação. Assim, a Carta sobre o Patrimônio Industrial de Nizhny Tagil apenas reforça e especifica a preocupação com a preservação de uma parte do patrimônio cultural ameaçado, cujo todo já estava na Carta de Veneza de 1964:

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece

9 MENESES, Ulpiano T. de Bezerra de. Arqueologia industrial: avaliação e perspectivas. In Memoriam de Eurípedes Simões de Paula: depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB. São Paulo: FFLCH/USP, 1983. p. 224.

10 CAMPAGNOL, *op. cit.*, 2008, p. 409.

11 TICCHI, *op. cit.*, 2003.

solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade¹².

A Carta de Veneza é clara quando afirma a necessidade de se preservar para as “gerações futuras”; estamos pensando no futuro quando preservamos o passado. A Revolução Industrial e seus efeitos não são esquecidos, pois se fazem presentes até os dias atuais em vários países do mundo, em maior ou menor escala. Logo, o patrimônio industrial pode ser entendido como parte do patrimônio cultural da humanidade.

A indústria no Brasil só começou a se desenvolver após a vinda da Família Real portuguesa para cá, em 1808, e a consequente abertura dos portos às nações amigas. No entanto, antes disso já havia comércio no país, seja nos armazéns de secos e molhados, seja com os caixeiros viajantes que se abasteciam nos atacados, entre outros modos de compra e venda de mercadoria. O comércio brasileiro, naquela época, poderia ser visto como uma extensão das indústrias europeias, afinal, tanto tecidos ingleses como perfumes e vinhos franceses eram vendidos no Brasil oitocentista. Esses estabelecimentos comerciais também trabalhavam com artigos que não eram originários da indústria, tais como carnes, verduras, legumes, ovos, conservas e demais produtos derivados da agricultura.

Segundo Cerceau Netto e Souza, é possível definir os secos e molhados como “comércio miúdo que no varejo impulsionava a dinâmica interna das Américas e ajudava a disseminar a sociedade mercantil articulada ao trânsito oceânico do grande varejo”¹³. A indústria naquele momento era pequena ou inexistente nos países americanos no século XVIII, até porque a Revolução Industrial ainda estava em curso na Inglaterra, mas acontecia o oposto com o comércio dos produtos industriais.

Eduardo Parga, que escreve a respeito dos secos e molhados no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, reforça que “debruçar-se sobre as questões desse pequeno comércio importa em aperfeiçoar e

12 CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS), 1964, Itália. *Carta de Veneza*. Itália: ICOMOS, 1964. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf>. Acesso em: 21/10/2011.

13 CERCEAU NETTO, Rangel; SOUZA, Theresa Teyxeyra de. Uma africana na América setecentista. *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 10, n. 1, p. 209, 2010.

definir melhor as *nuances* de uma sociedade em franca transformação¹⁴. O autor destaca a importância do estudo daquilo que chama de “pequeno comércio”, os secos e molhados, para a compreensão da própria sociedade. Assim, entendemos melhor os hábitos alimentares, como se vestia, que tipo de ferramentas utilizava e até mesmo inferir que atividades desenvolvia para o seu sustento uma grande parte da população de determinada localidade, como o Rio de Janeiro, no caso de Parga, ou Joinville, no nosso caso.

Não são novas as discussões quanto à importância da documentação relativa ao comércio para as pesquisas acerca da história econômica¹⁵, contudo, parece que ainda há a necessidade de se relevar o papel dos estabelecimentos comerciais, das relações sociais por eles desencadeadas na construção da paisagem urbana e de suas relações sociais e identitárias, passando a ver tais locais como parte do patrimônio cultural material e também imaterial da nação.

Conforme declarou Choay¹⁶, as preocupações iniciais com a preservação do patrimônio cultural deram-se em função de seu valor arquitetônico e estético, o que não foi diferente no que se refere ao patrimônio industrial, como mostrou o historiador espanhol Simal:

La arquitectura industrial constituye un amplio campo de conocimientos y experiencias que se pueden concretar en una triple perspectiva. Primero como piezas arquitectónicas vivas que son sujeto de constantes remodelaciones y reutilizaciones; en segundo lugar, como agentes activos de transformaciones urbanas y, en tercer lugar, como patrimonio histórico necesitado de catalogación, análisis y difusión¹⁷.

Simal cita somente o patrimônio industrial, no entanto, suas palavras podem ser aplicadas de igual forma ao patrimônio comercial. Muitas

14 PARGA, Eduardo Antonio Lucas. *Entre fazendas, secos e molhados: o pequeno comércio na cidade do Rio de Janeiro (1850-1875)*. 1996. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996. p. 3.

15 LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976.

16 CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001. p. 12.

17 SIMAL, Julián Sobrino. Ver y hacer ver: modernidad y arquitectura industrial en España. *Areas Revista Internacional de Ciencias Sociales*, Múrcia/Espanha, n. 29, p. 31-37, 2010.

antigas casas de comércio ainda estão em pé em Joinville e em outras cidades do país, salvaguardadas na maioria das vezes por sua importância arquitetônica. Todavia, várias deixaram de existir há tempos, enquanto outras estão prestes a ser demolidas por causa do valor do terreno. Silva diz:

Quando pensamos imediatamente em patrimônio industrial, pensamos logo em prédios vetustos, máquinas ultrapassadas sem valor comercial e relíquias materiais e arquitetônicas, algumas com valor artístico de época. Um aspecto menos convencional, mas nem por isso menos evidente, é a possibilidade de, através desse verdadeiro arquivo a céu aberto (se não pensarmos aqui nos achados arqueológicos), estabelecer uma conexão com o tipo de industrialização de um período histórico e do modo de vida da classe trabalhadora correspondente a ele. As vilas operárias, próximas aos prédios das fábricas, ou as *company-towns*, são demonstrações desse último interesse para o investigador¹⁸.

Da mesma maneira, Dezen-Kempter destaca a relevância do patrimônio industrial por estar carregado de valores culturais e simbólicos:

A riqueza do patrimônio industrial está em sua diversidade formal, de uso e de escala. Não engloba somente, como patrimônio cultural, o patrimônio material tangível, como as edificações, os maquinários e os documentos, mas também o patrimônio imaterial intangível. Preservar e interpretar os lugares e as paisagens industriais é uma forma de garantir o testemunho e referencial, não apenas de seu valor arquitetônico e histórico, mas seus valores culturais, simbólicos, sua representatividade técnica e social¹⁹.

Como veremos, o patrimônio comercial está repleto de valores simbólicos, na medida em que aparece na memória de grande parte das pessoas.

18 SILVA, Leonardo Mello e. Patrimônio industrial: passado e presente. *Revista Eletrônica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)*. 2012. Disponível em: <<http://www.labor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=164>>. Acesso em: 22/01/2012.

19 DEZEN-KEMPTER, Eloisa. Patrimônio industrial: em busca da sobrevivência. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Associação Nacional de História, 2007. p. 1.

Joinville e seu patrimônio comercial

A Colônia Dona Francisca, que depois deu origem a Joinville, foi fundada em 1851 e colonizada, sobretudo, por alemães, suíços e alguns poucos noruegueses e franceses. Ela não demorou a se desenvolver, tornando-se, em meados do século XX, um dos maiores polos industriais do Sul do Brasil. Nas décadas de 1970 e 80, a cidade recebeu um grande número de migrantes vindos de diferentes partes do país, o que fez sua população dobrar em apenas 20 anos²⁰. Esse crescimento populacional ocasionou ainda uma mudança significativa na estrutura física joinvilense; muitos imóveis foram derrubados para dar lugar a “monstros funcionais” que, segundo retrataram as manchetes dos jornais na época, invadiram o município, descaracterizando-o e deixando-o como algo “sem raízes, sem pátria, uma coisa fria, sem calor, sem apego ao chão em que foi colocado”²¹.

A relação do espaço das cidades com a construção de identidades é notória e vem sendo bastante discutida nos últimos anos²². Não só os prédios, os objetos e as paisagens são representantes de memórias, mas também o modo de vida das pessoas, um aspecto imaterial. Se formos pensar naqueles que viviam em função do comércio, seríamos capazes de fazer inúmeras análises: o cotidiano dos proprietários, funcionários e clientes; a representatividade dos estabelecimentos na comunidade; os hábitos de consumo; as práticas de sociabilidade, entre outros fatores.

Além disso, é possível observar valores culturais e simbólicos, bem como a representatividade técnica e social, ao estudar o patrimônio comercial. Em termos históricos, verifica-se que o vendeiro possuía papel bastante importante no dia a dia das cidades. Ele era o responsável por receber e repassar as notícias, conforme demonstra Mayol ao escrever a respeito de um comerciante na França: “Robert é o corifeu do bairro; recebe o boato dos acontecimentos e lhe dá uma forma universalmente comunicável, aceitável

20 GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo; FINDLAY, Eleide Abril Gordon. *Hospital público é isso mesmo! Representações sociais sobre um hospital público no fim do século XX*. Joinville: Editora Univille, 2003. p.70-71.

21 SCHNEIDER, 1971 *apud* GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. Representações sobre a cidade: Joinville e a modernidade. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: MÍDIA E SOCIEDADE, 11., 2006, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPUH, 2006.

22 HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

por todos. Ele transforma em notícia as informações fragmentárias que lhe chegam de todos os lados”²³.

De acordo com Oliveira, “os comerciantes com a porta aberta para a rua mantinham estreito relacionamento com a movimentação cotidiana da cidade”²⁴. Grande parte da vida social no Brasil ocorreu nos estabelecimentos comerciais, que também eram locais de encontro e de amizade. Com a igreja, o bar e o salão de bailes, a venda, que em geral ficava próxima, era um ponto de reunião, de encontros, um lugar de sociabilidade nos povoados pequenos e afastados dos centros urbanos. Muitas vezes o bar, o salão e sua cancha de *boccia* eram os únicos lazeres possíveis. Leila Algranti, ao escrever sobre as tabernas e os botequins do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, fala dos espaços de sociabilidade:

O café como um local para uma refeição rápida e leve, mas, a exemplo das tabernas, casas de pasto e botequins, esses eram também espaços de sociabilidade e de lazer, onde indivíduos de origens sociais diversas poderiam permanecer por algumas horas jogando, bebendo ou simplesmente descansando²⁵.

Ainda hoje, na memória de muitas pessoas, a antiga casa comercial sobrevive como uma referência social antes da vinda dos supermercados. Esse comércio foi considerado tão importante para a história e o desenvolvimento de Joinville que algumas pesquisadoras²⁶ do Arquivo Histórico de Joinville realizaram entrevistas com os antigos proprietários de alguns secos e molhados sob o título *As antigas casas de comércio na memória da comunidade*, principais fontes de pesquisa deste trabalho.

O ex-comerciante Wilfredo Ebehardt recorda que seu pai era apenas um dono de secos e molhados na zona rural de Joinville, mas representava muito mais que isso aos seus clientes: “*O meu pai foi taxista, o meu pai*

23 MAYOL, Pierre. Os estabelecimentos comerciais da rua. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: morar e cozinhar*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 128.

24 OLIVEIRA, Maria Luíza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização de São Paulo (1850-1900)*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 210.

25 ALGRANTI, Leila Mezan. Tabernas e botequins: cotidiano e sociabilidades no Rio de Janeiro (1808-1821). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 25-42, jul./dez. 2011.p. 38.

26 As entrevistas foram conduzidas por Maria Judite Pavesi, Maristela Medeiros, Patrícia Pereira, Elísia Beatriz Baptista e Carolina Cieslinski.

*foi comerciante, foi delegado de polícia, juiz de paz, muitas vezes juiz de Direito, era advogado, era conselheiro e muito mais, e muito mais devido ao fato de o povo ser assim muito simples*²⁷. O proprietário da venda ouvia seus fregueses e ajudava-os a resolver os seus problemas, aconselhando, intervindo em disputas e participando ativamente da rotina do município.

A também ex-comerciante Paula Zietz, em sua entrevista, afirmou que o marido comprava dos colonos, na década de 1950, “*ovos, manteiga, batatas, verduras, frutas*”²⁸. Tais artigos eram vendidos em seu estabelecimento, localizado na zona rural, e ainda comercializados no centro da cidade. Loni Jacob, que possuía com o marido um secos e molhados na área rural joinvilense, acrescenta que, na mesma época, “*comprava dos colonos as coisas que é... ovos, porco pra açougue, gado, todas essas coisas de colono a gente comprava*”²⁹.

Diversos foram os namoros iniciados nas vendas e nos salões de baile, com funcionamento em construções anexas, que acabaram em casamento, como, por exemplo, o de Loni Jacob³⁰, cujo marido era proprietário de uma venda e de um salão nos anos 1950. Outra entrevistada, Cristina Schramm, de uma família dona de um comércio de secos e molhados e de um salão na parte rural de Joinville, afirmou que “*ajuntava aqui os casais para depois se casarem*”³¹; fato esse reforçado por Norma Brüske, proprietária de uma venda e de um salão, considerada casamenteira por seus clientes:

27 EBEHARDT, Wilfredo. *As primeiras indústrias rurais*. Os engenhos de cana-de-açúcar e farinha da região de Joinville: depoimento [11 out. 2002]. Entrevistadoras: Patrícia Pereira e Maria Judite Pavesi. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 2002b. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Núcleo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville. p. 6.

28 ZIETZ, Paula. *As primeiras indústrias rurais*. Os engenhos de cana-de-açúcar e farinha da região de Joinville: depoimento [25 set. 2002]. Entrevistadoras: Patrícia Pereira, Maristela Medeiros e Maria Judite Pavesi. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 2002. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Núcleo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville. p. 3.

29 JACOB, Loni. *As antigas casas de comércio na memória da comunidade*: depoimento [28 jan. 2003]. Entrevistadoras: Elisia Beatriz Baptista, Maria Judite Pavesi e Patrícia Pereira. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 2003. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Núcleo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville. p. 1.

30 JACOB, *op. cit.*, 2003, p. 8.

31 SCHRAMM, Cristina; HARDT, Darci Schramm. *As antigas casas de comércio na memória da comunidade*: depoimento [23 set. 2002]. Entrevistadoras: Maria Judite Pavesi e Maristela Medeiros. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 2003. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Núcleo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville. p. 4.

Hum! Meu Deus do céu, meu senhor! Até hoje em dia quando vou num lugar: “– Oh! Frau³² Brüske” –, eles me conhecem tudo, todo mundo... “– Tu arranjou o marido lá”, “– Tu achou teu marido lá”, “– Tu achou teu namorado”... “– A mulher lá”... Meu Deus do céu, quantos³³.

Vê-se com nitidez que o comércio era a atividade principal desenvolvida naqueles espaços, mas nem de longe era a única ou a mais importante para a vida da comunidade. A relação entre o vendeiro e o cliente é clara nas entrevistas analisadas, já que ali ocorriam amizades, confidências, conselhos, apaziguamento, isto é, o estabelecimento tinha muitas funções além da comercial. Essa relação muitas vezes chegava a se transformar em momentos marcantes na vida das pessoas, como namoros, noivados ou casamentos, e acabava por fazer parte daquilo que Candau chamou de “memória forte”, ou seja, “memória massiva, coerente, compacta e profunda, que se impõe a uma grande maioria dos membros de um grupo, qualquer que seja seu tamanho, sabendo que a possibilidade de encontrar tal memória é maior quando o grupo é menor”³⁴. Por ser forte, e constantemente evocada, essa memória permanece viva por muito mais tempo.

O comércio influenciava a vida do município, seja como ponto de sociabilidade, seja como o local fornecedor de produtos básicos para o sustento das famílias ou comprador dos excedentes das pequenas propriedades agrícolas. Neli Teleginski, ao trabalhar com o comércio de Irati, no Paraná, afirma que havia atacadistas na cidade, que também atuavam como secos e molhados. Era uma forma de ligar o centro da cidade às áreas mais afastadas da zona rural:

Nas bodegas, padeiros e açougueiros que residiam nas ruas centrais de Irati deixavam pães, biscoitos, carnes, salames e linguiças para consumo dos moradores. Bodegueiros maiores funcionavam como atacadistas, fornecendo mercadorias para comerciantes varejistas que vinham de outros bairros ou do

32 Senhora, em alemão.

33 BRÜSKE, Norma Hattenhauer; BRÜSKE, Bruno. *As antigas casas de comércio na memória da comunidade*: depoimento [9 nov. 2007]. Entrevistadoras: Maria Judite Pavesi, Elísia Beatriz Baptista e Ângela M. Ribeiro Cardoso. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 2007. 2 cassetes sonoras. Entrevista concedida ao Núcleo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville. p. 14.

34 CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 44.

interior para comprar ou trocar produtos que revendiam em seus estabelecimentos. Por meio do comércio, o bairro e o “restante” da cidade se interligavam.³⁵

Em Joinville, alguns secos e molhados, tais quais os de Germano Stein, de Mayerle e outros, também funcionavam como atacados, pois revendiam seus produtos às vendas menores. Entre os grandes atacados instalados na cidade, o que mais se destacou pelo Estado, em meados do século XX, foi o do imigrante alemão Carl Hoepcke:

A firma Carl Hoepcke & Cia. era a principal fornecedora do comércio catarinense e abastecia o comércio varejista da província e do futuro estado, contudo, era limitada, na distribuição de mercadorias, pela carência na disponibilidade dos navios e embarcações que faziam os fretes³⁶.

O funcionário público Ozório Cândido Ferreira, que viu as transformações urbanas de Joinville nos anos 1940 e 50, fala da empresa:

É, o Carlos Hoepcke era uma empresa de Florianópolis. A matriz, do famoso velho Carlos Hoepcke, e a filial em Joinville era muito desenvolvida. Ela tinha depósito de erva-mate, de madeira, tinha casas comerciais aqui, onde vendia tecidos, vendia peças e ferragens, na esquina da Rua Princesa Isabel. Era uma empresa que tinha navegação, tinha dois barcos de Joinville que eram rebocadores, Babitonga e o Oscar, que rebocavam as chatas, as lanchas, cheias de madeira e erva-mate, e o Babitonga que, além de rebocar as chatas, transportava passageiros. Naquela época era muito difícil; não tinha estradas de rodagem para São Francisco do Sul. Carlos Hoepcke era uma empresa extraordinária, mas desapareceu³⁷.

35 TELEGINSKI, Neli Maria. Das portas das bodegas: cotidiano de um bairro rural nas memórias de comerciantes e fregueses, Riozinho; Irati-PR, primeira metade do século XX. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL: “DIVERSIDADE E DIÁLOGO”, 9., 2011. *Anais...* Universidade de São Paulo, 2011. p. 199.

36 MÜLLER, Max José. *Carl Hoepcke: o estruturador do desenvolvimento catarinense*. Florianópolis: Insular, 2007. p. 36.

37 FERREIRA, Ozório Cândido. *As antigas casas de comércio na memória da comunidade: depoimento* [23 out. 2003]. Entrevistadoras: Elisia Beatriz Baptista, Maria Judite Pavesi e Carolina Cies-

Ferreira³⁸ lembra-se dos barcos que a Carl Hoepcke possuía para o transporte de mercadorias do porto de Joinville para o de São Francisco do Sul, um diferencial para o desenvolvimento da empresa. Essas memórias demonstram parte da rede de influências que liga os estabelecimentos comerciais aos industriais:

En el ámbito temático, lo industrial debe entenderse como un objeto amplio que abarca no sólo los inmuebles, estructuras arquitectónicas y maquinaria de producción, sino también las vías de transporte y comunicación, a través de las que llegaban las materias primas y se comercializaban los productos, las residencias, centros asociativos y asistenciales de los trabajadores, los servicios públicos y, en última instancia, los propios paisajes modificados por la actividad extractiva e industrial³⁹.

O comércio constitui parcela imprescindível dos estudos quanto ao patrimônio cultural, pois não são apenas os imóveis que abrigavam as casas comerciais, a arquitetura e os equipamentos, mas também os meios utilizados para o transporte das mercadorias e as associações comerciais. Tais itens podem fornecer informações indispensáveis para a compreensão do sistema econômico que participa do cotidiano das cidades.

É comum nas entrevistas os proprietários falarem a respeito do horário de funcionamento, do pagamento e da sonegação de impostos e até das exigências sanitárias, motivo que fez muitos encerrarem suas atividades. Aldo Ebehardt, dono de um secos e molhados, garante:

Pois é. Sabe, isso existia ainda o bar [...]. Aí, então, só tinha que pagar, tinha a licença aí, sobre diversas coisas, exigia, sobre o que a gente paga imposto... Até devo de ter lá, porque se vem o fiscal e acha uma coisa que não tá, que a gente não, enfim... A gente diz pagando imposto, já. [...] Mas o primeiro dia que nós abrimos aqui o boteco, chegou aqui o fiscal do INPS

linski. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 2003. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Núcleo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville. p. 2.

38 FERREIRA, *op. cit.*, 2003.

39 IBÁÑEZ, Maite; ZABALA, Marta. *El patrimonio industrial vasco*. 2003. Disponível em: <http://www.kultura.ejgv.euskadi.net/r46-5773/es/contenidos/informacion/pv_patr_industrial/es_6600/adjuntos/patrimonio_industrial_c.pdf>. Acesso em: 29/08/2011.

[Instituto Nacional de Previdência Social] [...]. *Aí, a gente era obrigado a pagar*⁴⁰.

Loni Jacob também fez menção às requisições dos órgãos públicos:

*Era bem simples. Não é que nem hoje em dia, que tem que ser tudo é pela lei, né?! Vem a saúde manda fazer isso e aquilo [...] Até açougue nós toquemos num rancho sem... Só que tinha piso de cimento... O resto era tudo aberto e lugar fechado com tábuas assim. E aí, depois exigiu aquela lei que não podia mais, né, que tinha que fazer pela lei. A saúde vinha revistá sempre, e aí a gente sempre fez aos poucos*⁴¹.

Com o surgimento de novas leis para regular os estabelecimentos comerciais, principalmente referentes à área da saúde, a Vigilância Sanitária começou a exigir que os proprietários de secos e molhados se adequassem às normas. Isso fez com que muitos não conseguissem acompanhar diversas transformações pedidas, optando por encerrar as atividades, afinal era muito oneroso implementar todas as mudanças. As leis não apareceram de uma vez só, porém sempre havia novas requisições, como, por exemplo, a questão de o açougue ter as paredes fechadas nas laterais e piso.

Outra tarefa desenvolvida por alguns vendeiros era a entrega de mercadoria na casa dos clientes, em geral de bicicleta, como lembra Elvira Böehm Rother, conhecida por todos como Dona Mause. Ela tinha um funcionário que “fazia entrega em casa. Ele primeiro de manhã, ele ia nas casas com uma cadernetinha, um lápis, perguntava o que eles queriam, aí vinha. Nós arrumávamos e o rapaz entregava...”⁴². O comerciante Eugênio Scholz recorda que seu amigo Eugênio Böehm, dono da Panificadora Brunkow, contava que a *frau* Böehm levantava à meia-noite ou uma hora da manhã

40 EBEHARDT, Aldo. *As antigas casas de comércio na memória da comunidade*: depoimento [30 set. 2002]. Entrevistadoras: Maria Judite Pavesi, Maristela Medeiros e Patricia Pereira. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 2002a. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Núcleo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville. p. 5.

41 JACOB, *op. cit.*, 2003, p. 2.

42 ROTHER, Elvira Böehm. *As antigas casas de comércio na memória da comunidade*: depoimento [6 nov. 2003]. Entrevistadoras: Elisia Beatriz Baptista, Carolina Cieslinski e Maria Judite Pavesi. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 2003. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Núcleo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville. p. 13.

a fim de separar e colocar os pães em sacos para, de manhã cedo, serem entregues aos comércios varejistas joinvilenses⁴³. A entrega era feita por uma pequena carroça puxada por tração animal.

Os valores ligados à memória e à identidade dos cidadãos na maioria das vezes não são lembrados quando se preservam os imóveis associados ao patrimônio comercial, e sim somente o aspecto arquitetônico do prédio. Nas entrevistas, percebe-se que as casas comerciais de Joinville não possuíam um projeto elaborado de arquitetura ou um *design* especial e, em muitos casos, nem mesmo placas ou letreiros que identificassem os secos e molhados, como relata Wilfredo Ebehardt:

Porque todo comércio na época tinha uma porta ampla, larga, né, e janelas também na maioria bem largas, bem espaçosas, que às vezes serviam inclusive de expor algum produto [...]. Se tinha uma casa que tinha uma porta ampla e larga era porque alguma coisa se vendia⁴⁴.

Dona Mause descreve: “É uma casa comum. Não tinha vitrine é, que dizer, tinha uma varanda na frente e ali tinha logo uma porta... Um quarto era comércio, e o outro lado era a sala, o quarto de dormir e a cozinha...”⁴⁵. O advogado e redator Crispim Mira, em um artigo sobre Joinville publicado em 1905, no jornal *Gazeta de Joinville*, mostra que essa característica já existia naquela época:

Uma das notas características de Joinville é a de casas comerciais, afora as que citamos e mais umas cinco terem unicamente uma porta para entrada e saída do freguez, sendo que algumas as conservam fechadas com o trinco, cabendo a quem entra e sae deixa-la na mesma posição. Essas portas são em geral com a metade em forma de vidraça e sem ter segurança alguma⁴⁶.

43 SCHOLZ, Eugênio. *As antigas casas de comércio na memória da comunidade*: depoimento [13 maio 2003]. Entrevistadoras: Elísia Beatriz Baptista e Maria Judite Pavesi. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 2003. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Núcleo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville. p. 8.

44 EBEHARDT, *op. cit.*, 2002b, p. 5.

45 ROTHER, *op. cit.*, 2003, p. 4.

46 FICKER, *op. cit.*, 2008, p. 327.

A simplicidade da arquitetura comercial pode ter sido um dos fatores que fez com que esse patrimônio não tenha tido merecido destaque até o momento. Apesar dos avanços mostrados em relação à importância da imaterialidade dos bens culturais, a estética é ainda o item privilegiado nas ações preservacionistas. Da mesma forma, a vida dos clientes do comércio também era a de homens e mulheres comuns, que compravam os mantimentos de que necessitavam e conversavam amenidades. Esses comércios possuem memórias que nos ajudam a contar a nossa própria história.

Experiências de proteção do patrimônio comercial

Uma das poucas referências sobre a preocupação com a preservação do patrimônio comercial foi encontrada na Itália. A região da Lombardia, cuja capital é Milão, se preocupa, desde 2003, com o que chama de *negozi storici*, ou negócios históricos. Lá, as casas comerciais reconhecidas como de interesse histórico são registradas e protegidas como patrimônio de relevância regional ou interesse local. Os pré-requisitos para que sejam considerados negócios históricos são pautados naqueles instituídos pela Carta de Veneza, ou seja, a presença de caráter construtivo, decorativo, funcional e de particular interesse histórico, arquitetônico e urbano. Além disso, os estabelecimentos comerciais devem ter conservado os móveis e as decorações originais e se mantido na mesma atividade comercial ou artesanal por um período não inferior a 50 anos no mesmo ponto.

Na relação de negócios históricos há, por exemplo, em Mântua, a *Azzali Gioielleria*, em funcionamento desde 1881, e a *Ferramenta Gallico*, aberta desde 1872, e em Milão a *Libreria Bocca*, na cidade desde 1775. Ainda, podem-se localizar sorveterias, bares, restaurantes, farmácias, cafeterias, tabacarias, entre tantos outros.

A historiadora italiana Emanuela Scarpellini, em sua participação no primeiro congresso *Luoghi Storici Del Commercio in Lombardia: Innovare nella Tradizione* (Lugares Históricos de Comércio na Lombardia: Inovar na Tradição), discutiu a importância de se preservar a *Galleria Vittorio Emunelle II*, em Milão, que, além de seus valores estéticos, representa a forte relação entre os italianos e o comércio:

Mi sembra una decisione molto significativa, poiché non si trattava di un raffinato palazzo, un monumento, un'opera artistica – o meglio, se vogliamo, era un'opera artistica, ma univa questo aspetto a quello commerciale. La Galleria era certamente concepita con ambizioni monumentali, poiché era la più grande struttura di questo tipo al mondo, la più spettacolare. Però al suo interno ospitava tantissimi negozi di servizi commerciali [...]. Questa mi sembra una delle migliori prove a testimonianza del ruolo di primissimo piano e del prestigio che il commercio aveva nella mente degli italiani e dei lombardi già allora⁴⁷.

A realidade do Brasil é diferente da italiana, pois poucos são os negócios ou casas comerciais que se mantiveram por tanto tempo sem reformas ou alterações significativas. Um exemplo pode ser a Confeitaria Colombo, no Rio de Janeiro, cujas características originais são cultivadas desde 1894 e que hoje é um ponto de comércio e turístico da cidade. Outros exemplos podem ser vistos nos mercados públicos, que, pela imponência de algumas construções, também foram salvaguardados em alguns municípios brasileiros. Esse é o caso do Mercado Municipal de São Paulo, que, alguns anos atrás, foi restaurado e ressignificado; conservaram-se as funções originais, mas agregaram-se-lhe características de ponto turístico. Assim, também podemos citar o Mercado Ver-o-Peso, em Belém do Pará, e o Mercado Municipal de Manaus, no Amazonas, ambos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1977 e 1997, respectivamente. Diferentemente de Milão, onde existe uma política pública voltada à preservação do patrimônio comercial, no Brasil existem exemplos isolados de estabelecimentos comerciais tombados e que continuam tendo a mesma atividade original.

Se os imóveis que abrigaram o comércio no Brasil raramente são preservados e estudados, o mesmo acontece com os objetos utilizados nesses estabelecimentos. Buscando, ainda, nas recomendações da Carta de

47 SCARPELLINI, Emanuela. Radici storiche ed evoluzione del commercio Lombardo. In: CONVEGNO LUOGHI STORICI DEL COMMERCIO IN LOMBARDIA: INNOVARE NELLA TRADIZIONE, 1., abr. 2010, Milão. *Anais...* Milão, 2010. p. 7. “Parece-me uma decisão muito significativa, pois não se trata de um refinado palácio, um monumento, uma obra de arte – ou melhor, se queremos, era uma obra de arte, mas unia esse aspecto a aquele comercial. A galeria era certamente concebida com ambições monumentais, pois era a maior estrutura desse tipo no mundo, a mais espetacular. Porém em seu interior abrigava muitos negócios e comércios [...]. Isso me parece uma das melhores provas e testemunhos do papel de primeiríssimo plano e do prestígio que o comércio tinha na mente dos italianos e dos lombardos naquela época”. (Tradução nossa.)

Nizhny Tagil, subsídios para se pensar o patrimônio comercial, vale lembrar a importância dos museus na preservação, nos estudos e na divulgação do patrimônio material ligado às casas comerciais do Brasil. Estamos falando de máquinas registradoras, balanças, pesos, carros de transporte de mercadoria, entre outros objetos que não têm merecido lugar nas exposições de museus e, quando encontrados, na sua maioria não possuem pesquisas que propiciem reflexão sobre eles.

Nos museus, de uma maneira geral, são exibidos móveis, baús, pequenas balanças, máquinas de costura, baldes, roupas de cama, bengalas, luminárias a óleo e querosene, urinóis, tachos, louças, como xícaras, bules, pratos, talheres, copos, jarras, espremedor de laranja, moedores de café, de pimenta e de carne, tamancos de madeira, teares, chapéus e porta-chapéus, entre outros artigos usados nas casas, nas lavouras e no trato dos animais. No entanto, dificilmente há alguma referência sobre onde esses objetos poderiam ser adquiridos, nem a respeito de quem os possuía ou como teriam sido comprados, ou mesmo quem os produzira. Estão expostos apenas para “construir sensações de realidade”⁴⁸.

É preciso pensar a respeito dessa realidade, já que os museus têm papel fundamental na

consolidação como polos de transformação social, democratização e inclusão, fundamentados em ações de cunho preservacionista e de referência cultural. Tornam-se, assim, centros preparados para atrair e refletir saberes e fazeres, buscando situar todo e qualquer homem como agente de sua própria história. Desta forma, os museus atuam no desenvolvimento social, possibilitando caminhos que conduzem à reflexão, à produção de conhecimentos e ao desenvolvimento de uma consciência crítica⁴⁹.

O patrimônio comercial está presente em nossas vidas em maior ou menor grau; não podemos ignorá-lo. Os secos e molhados, as vendas,

48 BEZERRA, *op. cit.*, 2008.

49 NASCIMENTO JÚNIOR, José do; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. A democratização da memória: A função social dos museus ibero-americanos. In: CHAGAS, Mário de Souza; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). *A democratização da memória: a função social dos museus ibero-americanos*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 7.

as lojas ou as bodegas são importantes não só pelo que significaram no passado – passado que é de muitos, como lugares de memória –, mas pelo que ajudaram a construir na vida das pessoas e das cidades.

Considerações finais

Os secos e molhados, em maior ou menor escala, tinham papel de destaque na vida das pessoas e eram um ponto de convergência da comunidade, sobretudo até o século XX. Ainda hoje o comércio, no caso os *shopping centers*, é um ponto de encontro para as diversas tribos, um lugar de consumo, um espaço de lazer, para ver e ser visto. No entanto, no *shopping center* não vemos mais o relacionamento de amizade e de confiança entre o dono da loja e o cliente, situação comum entre o vendeiro e o seu freguês. Atualmente há, no máximo, o cartão de fidelidade, que premia o bom comprador. Segundo Ricardo Pastore, “o *shopping center* ainda é um ícone de modernização urbana, dá *status* às cidades e também aos seus frequentadores”⁵⁰. Essa descrição é semelhante, por exemplo, à feita por Crispim Mira no jornal *Gazeta de Joinville*, em 1905, ao falar do comércio de Joinville: “Das casas comerciais, [...] que todos em grande escala importam vários gêneros de Hamburgo, Berlim, Paris e Londres”⁵¹. Ter produtos europeus à venda significava refinamento, tanto das casas comerciais quanto de seus clientes.

Assim como as indústrias, as máquinas, as vilas operárias, as minas, os portos, as ferrovias e as paisagens, as casas comerciais que fazem com que os produtos cheguem às mãos dos clientes são igualmente relevantes. Os comércios participam do cenário urbano, da história das cidades e das pessoas. Estão presentes na memória daqueles que os frequentaram, foram seus proprietários ou funcionários, ou até dos que apenas ouviram falar ou viram fotos.

Os estudos demonstraram que há grande identificação da população joinvilense para com o patrimônio comercial e que ele também representa

50 *Apud* SANTOS, Edson Renato. *Shopping: uma paixão nacional. Shopping Centers*, São Paulo, ano 28, n. 166, jan. 2012. p. 47.

51 FICKER, *op. cit.*, p. 327.

forte relação com a memória e a identidade das sociedades. Acreditamos, portanto, que o patrimônio comercial deve ser contemplado nas discussões sobre o patrimônio cultural dos municípios brasileiros e também ter seus vestígios materiais preservados, tal qual o patrimônio industrial, quer seja por meio dos edifícios comerciais, quer seja nos acervos de museus.

Este artigo não esgotou, é claro, todas as possibilidades de análise, mas serve como um início, com o intuito de atuar como estímulo para que outros também se preocupem e aprofundem a temática. É um trabalho que deve ser feito urgentemente, de modo que não se percam os registros nem as memórias ainda existentes em nossas cidades e que ajudarão a enriquecer a nossa própria história.

Recebido em maio de 2012.
Aprovado em setembro de 2013.